



PLS 131/2015

AEPET aponta os erros e danos do projeto do Serra



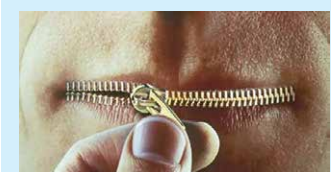
2 Os 21 anos do Faixa Livre em defesa da soberania Nacional

3 ENTREVISTA Pedro Celestino, Presidente do Clube de Engenharia

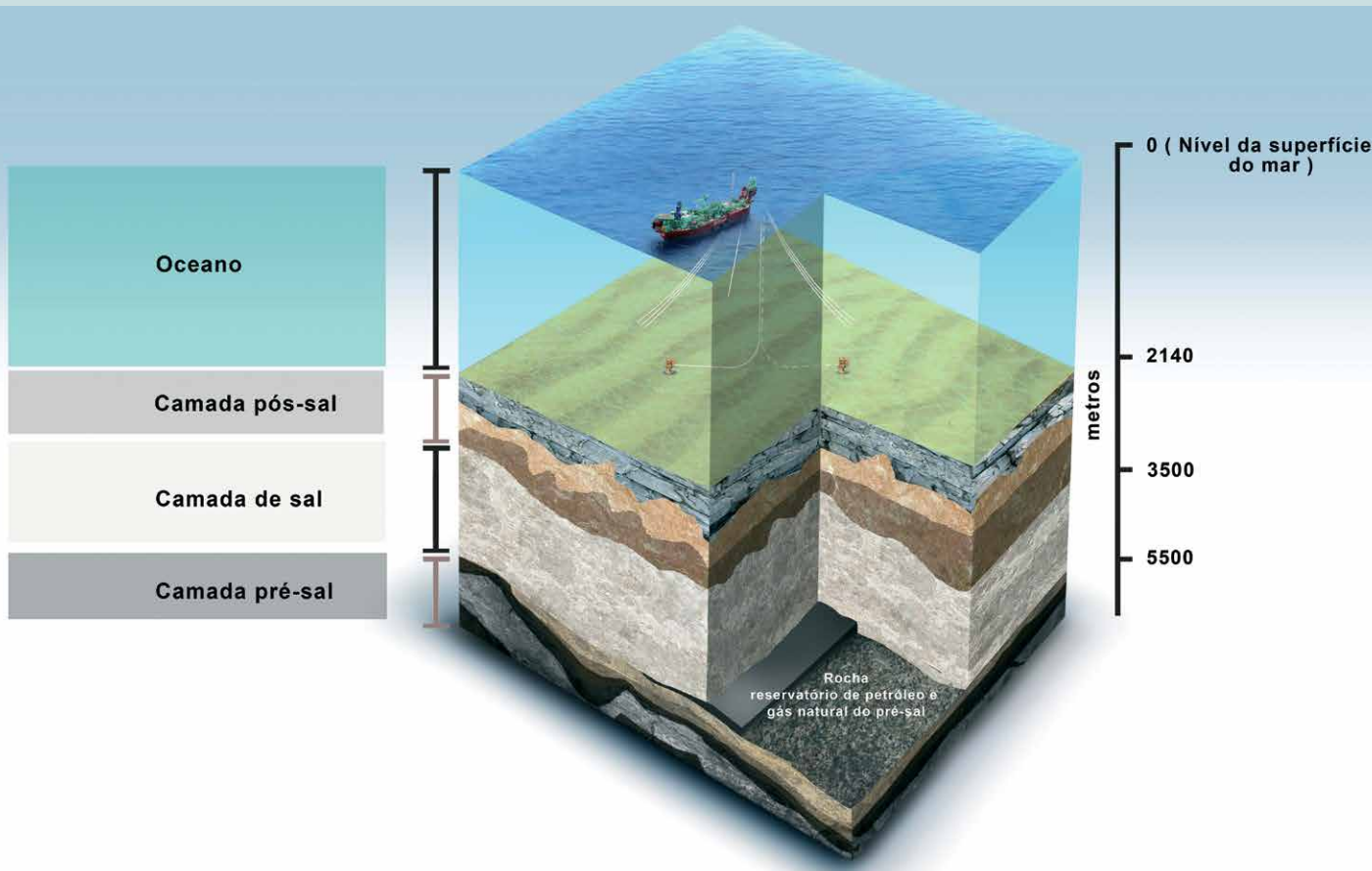


5 Equação da crueldade

6
7 O déficit nos fundos de pensão



8 A lei do direito de resposta



A AEPET apresentou, em novembro, importante documento com argumentos contra o PSL 131/2015, do senador José Serra, que tira a Petrobrás como operadora única do pré-sal. O documento da AEPET responde as ideias que o senador usou numa audiência pública no Senado Federal. Ponto a ponto é rebatido com dados que comprovam a importância para a soberania nacional de se manter o pré-sal sobre o controle da Petrobrás.

Editorial

2015 realmente não foi um ano fácil. As crises econômica e política, os desdobramentos da Operação Lava Jato, a queda dos preços internacionais do petróleo tiveram forte impacto sobre a Petrobrás. Associado a isto, a nova direção da companhia apresentou um draconiano projeto de privatização, disfarçado pelo nome de desinvestimento. Tudo isto abriu portas para que os inimigos de sempre da Petrobrás arregançassem as mangas para, novamente, propor leis que atentam contra a soberania nacional e fragilizam ainda mais a empresa.

A AEPET, cumprindo sua missão de defesa da Petrobrás e de seu corpo técnico, procurou rebater um a um todos os argumentos apresentados através do documentos “As 14 principais razões porque a Petrobrás deve ser a operadora única do pré-sal” e, agora, lançou respostas diretas aos argumentos que o senador José Serra usa para defender seu projeto de Lei 131 (págs 4 e 5).

Esperamos que 2016 traga a tranquilidade necessária para que a Petrobrás demonstre sua capacidade de manter-se como o principal instrumento de sustentação do desenvolvimento nacional. Feliz Ano Novo!



FAIXA LIVRE: 21 anos em defesa da soberania nacional

No dia 5 de dezembro, o Programa Faixa Livre, que vai ao ar diariamente das 9h às 10h30 pela Rádio Livre AM 1440, completou 21 anos de luta contra o neoliberalismo, mantendo-se na defesa da soberania nacional, dos trabalhadores e oprimidos em geral. A data foi comemorada com festa no Sindipetro-RJ. E não poderia ser diferente, afinal, em 1994, um conjunto de dirigentes de entidades como sindicatos, conselhos profissionais, se cotizaram com a idéia de criar um programa de rádio que viesse a servir como trincheira contra a implantação do chamado “Consenso de Washington”.

No Brasil, o que viria a seguir seriam os anos FHC, das privatizações selvagens e da consagração do regime de liberalização financeira no país. A primeira iniciativa no sentido da criação do Faixa Livre foi da professora Zuleide Faria de Melo, da UFRJ, presença marcante na história do Partido Comunista Brasileiro em momentos cruciais da sua existência. “O projeto era oferecer às pessoas informações que as grandes mídias empresariais, que visam apenas lucro, não forneciam. Observei que poderíamos aglutinar forças, alugar um espaço e contratar uma equipe profissional em condições de realizar o projeto de um programa de informação para um público determinado, como permanece até hoje”, lembra a professora.

No início, o Faixa Livre era apresentado pelos jornalistas Ricardo Bueno e Álvaro Queiroz, já falecidos. Durante algum tempo, Nilo Sérgio Gomes, hoje professor da Escola de Comunicação da UFRJ, assumiu o comando do pro-



grama. Atualmente, Paulo Passarinho é o âncora, conservando as mesmas bases da linha editorial. “Desde o início, o Faixa Livre possuía um espectro muito variado de forças políticas, inclusive de alguns setores militares que consideravam FHC um lesa-pátria. A esmagadora maioria da esquerda também se sentiu representada e passou a participar. Então tínhamos comentaristas variados e bom apoio financeiro, que permitia que tivéssemos dois âncoras, dois produtores e um repórter de campo, que, inclusive, acompanhou as batalhas campais na Praça XV à época da privatização da Vale e outras”, lembra Passarinho.

O programa se firmou, inicialmente veiculado pela Rádio Bandeirantes AM, passando a ser o de maior audiência na emissora. Até hoje, na Rádio Livre AM 1440, o Faixa Livre se mantém coerente com seus princípios, embora isto tenha custado algumas perdas,

sobretudo após a eleição de Lula, em 2003. “Defendemos claramente um novo modelo de economia, mudanças estruturais como forma de sustentação de um novo projeto político, emancipatório, soberano e independente para o nosso País. Ainda mais sob a era do neoliberalismo que, para um país periférico, significa a renúncia a um projeto de desenvolvimento”, avalia, lamentando que o Brasil esteja vivendo a implantação de um “modelo neocolonial”, em pleno Século XXI.

“Nós achamos que as opções do governo Lula, em vez de negar esse processo anterior, o reforçou. Isso produziu divergências com setores que aderiram ao lulismo, mas graças ao empenho de sucessivas diretorias da AEPET e de outras entidades que se mantiveram coerentes com as origens do programa, continuaram firmes. Então é uma vitória estarmos comemorando 21 anos de luta”, resume Passarinho. ©



Presidente do Clube de Engenharia, eleito este ano, Pedro Celestino tem a difícil missão de defender as conquistas da Engenharia Nacional, num quadro de recessão e de denúncias de corrupção. Na entrevista abaixo, Celestino aborda estas questões e fala da atuação do Clube neste momento delicado.

Aepet Notícias: Neste momento, qual é o diagnóstico da situação da Engenharia Nacional?

Celestino: A engenharia nacional passa pela maior crise das últimas décadas, em decorrência da irresponsável paralisação das principais obras em andamento no país, e da recessão provocada pela atual política econômica, que visa única e exclusivamente atender aos interesses do capital financeiro.

AN: Qual o papel do Clube de Engenharia diante da atual realidade e que ações concretas já foram tomadas?

O Clube de Engenharia tem buscado articular posição conjunta de todos os setores da engenharia, de empresários a assalariados, de combate à política econômica. Neste sentido é oportuno registrar a unidade alcançada entre as principais entidades sindicais do país e enti-

dades empresariais que se comprometeram com um Compromisso pelo desenvolvimento, movimento lançado em São Paulo em 3 de dezembro último.

AN: Como defender a Engenharia Nacional sem passar a impressão de se estar promovendo a impunidade?

A posição do Clube de Engenharia é clara: combate, dentro da lei, à corrupção, punição das empresas e dos culpados. Há de, entretanto, de se preservar as empresas, possuidoras que são de inegável patrimônio tecnológico acumulado nas últimas décadas. A título de exemplo, por acaso a Alemanha deixará a Volkswagen quebrar, pilhada que foi em fraude que afetou milhões de clientes? Claro que não! Aqui, entretanto, nota-se perigosa tendência de levar as empresas envolvidas em corrupção à falência. Com que objetivo, pergun-



to. Favorecer empresas estrangeiras? Estas, embora também envolvidas em malfeitos, continuam livres para contratar com a Petrobrás!

AN: Qual a importância de defender a Petrobrás como operadora única do pré-sal?

Porque é a única maneira de assegurar a âncora do desenvolvimento industrial brasileiro. Se deixar de desempenhar este papel, seremos condenados ao destino

dos países que têm petróleo e entregam-no aos estrangeiros, enriquecendo uma plutocracia, deixando o povo na miséria.

AN: Como o Clube se posiciona com relação às mudanças que estão sendo debatidas na Agência Nacional do Petróleo quanto à questão do conteúdo nacional?

O Clube de Engenharia tem posição clara em relação à ANP. É agência capturada pelo capital estrangeiro, o que diz tudo.

Petróleo Política Oleo Leilão Ciência e Tecnologia AEPET ALERJ Aposentadorias Aposentados Leilão de Leilão do Xisto Gás de Xisto Carvão Salinidade Direitos Humanos Direitos Trabalhistas Desigualdade Social Educação Justiça Manifestações Transporte Tortura Violência Venezuela Economia Saúde Petróleo Pre-sal Argélia Salário Livre Xingu mst Comperj Dívida Pública Cuba Irã Salário Alcool Vila Autódromo paralisação dos servidores Celso Amorim 250 Juíza Aepet

Debate TV Brasil

“A verdade dos fatos sem o controle da grande mídia”

ORDEM E PROGRESSO

APRESENTADOR: **Paulo Passarinho**

AEPET
Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Canal YouTube AEPET

ENTREVISTA

Argumentos da AEPET em defesa da Petrobrás e do pré-sal e contra o PLS 131



A AEPET apresentou, em novembro, importante documento com argumentos contra o PLS 131/2015, do senador José Serra, que tira a Petrobrás como operadora única do pré-sal.

O documento da AEPET responde as ideias que o senador usou numa audiência pública no Senado Federal. Ponto a ponto é rebatido com dados que comprovam a importância para a soberania nacional de se manter o pré-sal sobre o controle da Petrobrás. A íntegra do documentos pode ser acessada no link http://www.aepet.org.br/uploads/paginas/uploads/File/Aepet%20responde%20ao%20serra_0.pdf

Quais foram os argumentos apresentados pelo senador Serra que foram contestados pela Aepet?

Felipe Coutinho – O senador defende seu projeto tentando desqualificar a Petrobras como líder e operadora única na operação do pré-sal. Apresenta o interesse das multinacionais, e de uma pequena parcela de brasileiros, como o interesse geral. De forma oportunista utiliza a conjuntura sensível da Petrobras para tentar alijá-la da liderança na produção no pré-sal.

Ele afirma que a crise na Petrobras é estrutural, que a dívida é insuperável, critica a capitalização e a cessão onerosa, diz que o pré-sal está parado, etc.

Nós contestamos os argu-

mentos, um a um, de maneira detalhada. Nosso objetivo é demonstrar que o melhor, para a maioria dos brasileiros, é ter a Petrobras como operadora única do pré-sal. Não se trata de opiniões divergentes, mas de interesses contraditórios.

Serra afirma que troca o ônus pelo bônus ao retirar a obrigatoriedade da operação única e conceder a preferência à Petrobras. Como vocês contra argumentam essa tese?

Este argumento é perigoso porque diferente de outros que são evidentemente frágeis pode ludibriar muitos incautos bem-intencionados.

A AEPET elucida que a operação tem caráter estratégico e por isso as multi-

nacionais estão tão mobilizadas em alijar a Petrobras da operação única. Elas têm interesse em acelerar a realização dos leilões no pré-sal. Buscam a propriedade do petróleo para a exportação, para recuperar suas reservas e produção decadentes. A operação única da Petrobras é um entrave para que alcançem tal objetivo.

A Petrobras ter a referida preferência tem apenas um caráter eufemístico que serve para iludir os descuidados. Se a lei do senador Serra passar

no Congresso, as multinacionais direcionam seu *lobby* para o Ministério de Minas e Energia, ao Conselho Nacional de Política Energética, à ANP e à Presidência da República para acelerar a realização dos leilões, visando obter elevados excedentes para a exportação. A AEPET, coerente com sua história na defesa da Petrobras e do petróleo para a maioria dos brasileiros, está envidando todos os seus esforços para que este projeto de lei não passe.

Serra afirma que o argumento de que a Petrobras produz mais barato é tolo. Como vocês respondem?

Registramos que a Chevron foi protagonista de um dos maiores desastres ambientais no Brasil, quando explorava um poço a 1,2 mil metros de profundidade na Bacia de Campos. Foi estimado vazamento de até 4000 barris por dia. Houve suspeitas se a companhia americana buscava alcançar o pré-sal. Foi noticiado que a Chevron tinha sondas capazes de buscar petróleo a 7km de profundidade, sendo que o poço em que houve o acidente era “raso”, de 1,2km - as camadas de pré-sal situam-se entre 5km e 7km.[31]

A Shell quando operadora do campo de Libra o

A AEPET, coerente com sua história na defesa da Petrobras e do petróleo para a maioria dos brasileiros, está envidando todos os seus esforços para que este projeto de lei não passe.

devolveu à ANP, declarando que não era comercial. O mesmo campo onde, mais tarde, sob a operação da Petrobras, alcançamos pré-sal. Os fatos evidenciam que a Petrobras explora e produz mais barato, mais seguro e melhor.

O senador afirma que seu objetivo é patriótico por possibilitar a aceleração da produção no pré-sal. Como a AEPET contesta?

Perguntamos quem vai produzir, como e a que velocidade, para atender as necessidades de quem, em benefício de quem?

Qual país se desenvolveu a partir da exploração e exportação dos seus recursos naturais finitos por corporações estrangeiras?

Desde o Brasil colônia até a República a economia brasileira se dedica ao suprimento de matérias primas para os centros dinâmicos do capitalismo. Pau brasil, cana de açúcar, minérios (ouro, prata e diamantes), cacau, borracha, dendê, café. Hoje, ainda os minérios, a soja, a carne etc. Todos os ciclos têm características comuns, beneficiam uma pequena elite do país, passam por períodos de ascensão, ápice e queda. Deixam o rastro de devastação ambiental e social, com a maior parte da população excluída dos ganhos nos períodos prósperos, mas herdeira do caos do período decadente.

A AEPET sustenta que devemos usar a riqueza do petróleo brasileiro para atendimento às nossas necessidades e alavancar o nos-

so desenvolvimento. Promover uma indústria forte e diversificada com máximo usufruto social. Construir a infraestrutura para produção das energias renováveis e preparar nossa sociedade para o futuro.

No documento a AEPET ainda destaca o que o Serra não falou. Do que se trata?

O senador Serra não falou da importância geopolítica e estratégica para um país de ter o controle sobre o destino da sua produção de petróleo. Ao introduzir um ente privado e estrangeiro na exploração de seu petróleo, o país está abrindo mão da possibilidade de usar a garantia de fornecimento de petróleo, a curto e médio prazo, como um argumento de comércio e convencimento internacional.

Serra também não falou de a tendência natural das empresas estatais terem maiores cuidados com o meio ambiente que as empresas privadas, por estas priorizarem tanto o lucro. O que aconteceu com a Chevron em Frade é revelador. Esta empresa economizou tanto nos investimentos, que tornou o projeto inseguro, resultando no conhecido acidente.

Pelo mesmo motivo, a Petrobrás consegue retirar mais óleo de um campo que empresas privadas, que visam uma produção rápida para maximizar a rentabilidade, apesar de comprometer a retirada total de petróleo do campo. As empresas privadas tendem a realizar a chamada “produção predatória”.

Equação da crueldade

João Batista de Abreu*

Analisar a repercussão midiática das 130 mortes nos atentados de Paris soa tão estranho quanto estabelecer comparações com atos radicais praticados em outras partes do mundo. Afinal, do ponto de vista humanista, a morte é algo singular, difícil de compreender, até mesmo como fenômeno político.

Mas os meios de comunicação insistem em fazer distinções sobre o valor-notícia dos atentados, dependendo das circunstâncias, do número de vítimas e do local onde ocorrem. Assim, a atenção se concentra nas ações que se verificam nos Estados Unidos, no Japão, na Austrália e na Europa, particularmente na Europa Ocidental. Atentados na América Latina, no Oriente Médio ou em outras regiões da Ásia costumam ganhar destaque na imprensa internacional quando atingem cidadãos estadunidenses ou europeus do chamado Circuito Elizabeth Arden (Roma-Paris-Londres-Berlim).

O jornalista escocês Alexander Cockburn, radicado nos Estados Unidos desde os anos 1970, gostava de ironizar insinuando que as agências de notícias teriam uma suposta tabela de conversão midiática, segundo a qual a morte de um cidadão norte-americano equivaleria a de 10 europeus, 50 africanos do norte do continente e mais de 100 da África subsaariana. O texto de Cockburn – que morreu de câncer em 2012 sem virar notícia – exagera no sarcasmo, mas não deixa de apontar para uma distorção cada vez mais presente no noticiário internacional. É como se a mídia ocidental entendesse a violência nos países subdesenvolvidos como um fatalismo, consequência lógica do destino.

A morte de mais 3 mil pessoas em ataques do grupo islâmico radical Boko Haram e o rapto de 200 meninas no noroeste da Nigéria, em 2014, mereceram espaço muito menor do que ações jihadistas realizadas na Europa. O filme *Timbuktu* (2014), do diretor Abderrahmane Sissako, da Mauritânia, relata a história real da ocupação de uma aldeia no Mali por militantes do grupo radical e as mudan-

ças impostas no cotidiano destas pessoas. O filme ganhou as telas do Brasil e dos Estados Unidos este ano e tornou-se um dos poucos libelos de denúncia desta violência silenciosa praticada abaixo da Linha do Equador.

Pode-se argumentar que existem razões econômicas para esta mensuração desigual, porque a maioria dos grandes clientes destas agências (jornais, revistas e TVs) fica nos países acima da linha do Equador. Assim, seria “natural” que os fatos sucedidos nestes locais ou que envolvessem cidadãos destas nações atraíssem a atenção dos correspondentes.

Mas a desigualdade tende a ser muito mais profunda, porque reflete o abismo econômico e social entre estes países. Não é mera coincidência que as primeiras agências tenham surgido

junto com a expansão colonial, que levou a partilha da África pelos impérios europeus no século XIX. O conceito antropológico de etnocentrismo, que consiste em ver o outro a partir de seus próprios valores, ganha força a partir daí.

A desigualdade apontada por Cockburn também vale para o silêncio da mídia ocidental hegemônica quanto às razões do surgimento do Estado Islâmico. Fica a impressão de que nações com este perfil nascem quase por geração espontânea. Silencia-se sobre a venda de petróleo por 15 dólares o barril, ou seja, menos de um terço do preço praticado pelos grandes produtores. E quem compra o petróleo do Estado Islâmico? Acertou quem respondeu que o mercado livre ocidental adquire estes barris, por meio de intermediários de origem saudita. O petróleo sai pelos portos da Turquia e esta é a principal fonte de renda que financia a aquisição de mísseis antiaéreos de última geração. Os atentados de Paris soam como efeito bumerangue de Estados que armam os rivais de seus inimigos e se mostram surpresos quando a violência se volta contra seus próprios cidadãos. ©

* João Batista de Abreu é jornalista, professor do curso de Jornalismo e do programa de pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense



O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) aprovou no último dia 25 de novembro regras de solvência que o governo classificou como “mais flexíveis” para os fundos de pensão.

Diversos planos apresentaram déficit que somados ultrapassaram R\$ 46 bilhões no primeiro semestre. 80% destes estão concentrados nas 10 maiores entidades, entre elas a Petros. Se antes eram obrigados a adotar um plano emergencial toda vez que o déficit técnico superasse 10% das reservas ou se repetisse por três anos consecutivos, agora isso vai depender do prazo (“duration”) de pagamento dos benefícios do plano – quanto maior for o prazo, maior a tolerância, algo que compromete as aposentadorias no futuro.

Para o vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira, eleito para o Conselho Fiscal da Petros ao lado de Paulo Brandão, também dirigente da AEPET, esta medida postergará o desembolso, mas ainda coloca nos ombros dos participantes uma carga que caberia às patrocinadoras. “No caso da Petros, o déficit até aqui estava em R\$ 13,4 bilhões, em agosto, e a Petrobrás deve mais de R\$ 10 bilhões ao fundo de pensão de seus funcionários. Se esta dívida fosse cobrada, o déficit praticamente desapareceria”, pondera.

Siqueira argumenta que além de alguns maus investimentos, parte significativa dos problemas está relacionada a conjuntura, não havendo

FUNDOS DE PENSÃO:

a conta não pode ser paga pelos trabalhadores

motivo para precipitações. “Não faz sentido cobrar dos participantes um problema que é conjuntural: as ações e títulos que a Petros detém (e este é o caso da maioria das entidades de previdência complementar) estão momentaneamente desvalorizados”, resume.

Ronaldo Tedesco, atual presidente do Conselho Fiscal da Petros destaca a questão das dívidas da Petrobrás com o Plano Petros: “Há uma série de dívidas da patrocinadora com o plano. A diretoria executiva da Petros não faz a cobrança destas dívidas, comprometendo estruturalmente o plano. Somente da ação ci-

vil pública da 18ª Vara Cível do Rio de Janeiro são pelo menos R\$ 5 Bilhões em dívidas já periciadas judicialmente em valores de 2007, que corrigidos chegariam a R\$ 9 ou 10 Bilhões. Do acordo de níveis fechado no ano passado sem cobrança à Petrobrás, mais R\$3,5 Bilhões, em valores de 2014. Corrigidas, estas dívidas podem ultrapassar R\$ 13 Bilhões, praticamente zerando o déficit técnico.

Tedesco destaca ainda a qualidade ruim de alguns dos investimentos da Petros: “A situação da Sete Brasil, empresa em que a Petros investe em parceria com o Governo é simbólica.

Na hora de pedir nosso dinheiro para financiar um projeto para o Brasil, o Governo, através do BNDES e da Petrobrás, não se fez de rogado. Agora, quando a crise apresenta a conta, a Petros e os demais fundos de pensão podem ter que amargar um enorme prejuízo por que o BNDES e a Petrobrás viraram as costas para a Sete Brasil. Este comportamento irresponsável tem causado boa parte de nosso déficit”.

Esta situação se repete com outros investimentos como a Lupatech, por exemplo. Tedesco acompanha a opinião de Siqueira ao protestar contra a intenção do governo de passar a conta para os trabalhadores: “Temos que lembrar sempre que o sistema de previdência complementar é uma maneira do governo se livrar do compromisso de bancar a aposentadoria integral da população em geral. Portanto, o Estado não pode fingir que não possui responsabilidade com o que acontece no setor”.

Siqueira continua: “Os investimentos das fundações, não apenas da Petros, precisam garantir um retorno adequado. Sabemos que a crise afeta esses investimentos, mas não justifica que os participantes paguem uma conta que o próprio governo não quer pagar”.

Paulo Brandão, suplente de Fernando Siqueira, também vê com muita cautela a mudança na lei de equacionamento dos déficits já que, em sua opinião, a regra vigente até novembro, embora não fosse a ideal, não comprometia o futuro do par-





“ Há uma série de dívidas da Petrobrás com o Plano Petros, corrigidas elas podem ultrapassar R\$ 13 bilhões, ou seja, praticamente o valor do déficit técnico. ”

participante como faz o novo modelo: “Em qualquer hipótese, não poderemos apoiar qualquer medida de equacionamento que não cobre antes as dívidas que a Petrobrás tem com o nosso plano”.

Brandão destaca as medidas tomadas pelos conselheiros eleitos nos últimos meses: “Estamos reunidos no FIDEF – Fórum Independente em Defesa dos Fundos de Pensão de Estatais – e já tivemos reuniões com a Previc e o Ministério da Fazenda, além de uma troca importante de experiências comuns. Estamos fazendo gestões para as mudanças na legislação ocorrerem de forma favorável aos participantes e assistidos. Esta união nos fortalece e permite termos uma maior audiência do poder público. Com isto, esperamos sensibilizar as autoridades para o fato de que há 12 anos as contas da Petros são rejeitadas pelos conselheiros eleitos da entidade”.

Do ponto de vista dos ativos, companhias como a Sete Brasil, cujas ações desvalorizaram mais de 80% no passado recente, ou a Invepar que passa momentos difíceis com a OAS, uma das sócias do ativo em recuperação judicial pela operação Lava Jato, influenciam negativamente o resultado dos fundos de pensão como a Petros ou a Previ, do Banco do Brasil, que são seus maiores investidores: “A excessiva exposição da Petros à renda variável nos coloca nesta situação complicada”, concluiu Siqueira.

PREVI também em dificuldades

Conselheira eleita pelos funcionários do Banco do Brasil para o Conselho de Administração da Previ, Juliana Donato faz coro às palavras dos conselheiros eleitos da Petros. Para ela, os fundos de pensão, para garantirem seu objetivo central, devem reduzir significativamente seus investimentos em renda variável e, principalmente, ter uma postura de independência dos governos de plantão. “Os fundos de pensão são utilizados historicamente como instrumento de política econômica, aquecendo setores da economia de interesse do governo e seus aliados, com os recursos que deveriam servir para trazer tranquilidade aos participantes na sua aposentadoria. Há a necessidade de alterar os estatutos dos fundos de pensão, garantindo que haja controle dos participantes sobre os investimentos, como Conselho de Participantes ou Assembleia, para apreciar a política de investimentos e o acompanhamento cotidiano das aplicações”.

Na Previ, foi anunciada a redução de R\$ 12,22 bilhões nas reservas de contingências em 2014, aproximadamente metade do montante. Só com as ações da Vale, as perdas somaram R\$ 6 bilhões no ano passado. “Por mais que digam que as decisões são técnicas, vemos, na realidade, a utilização do patrimônio dos trabalhadores sendo norteadada por outros interesses. Foi assim no processo de

privatização nos anos 90, governo do PSDB. E também é assim sob as ordens do governo do PT, pois os fundos injetariam recursos no PAC e nas privatizações ocorridas nos aeroportos, estradas etc”, critica.

Juliana destaca ainda o fator previdenciário, instituído por FHC e mantido por Lula/Dilma, que corrói aproximadamente metade do que o trabalhador deveria receber em sua aposentadoria, fazendo com que o complemento realizado pelos Fundos de Pensão seja maior. “Precisamos travar uma luta para acabar em definitivo com este roubo e deixar claro que as medidas apresentadas com a fórmula 85/95 progressiva não resolvem nosso problema”.

Juliana também considera injusto que a crise econômica gerada pelos patrões seja paga pelos trabalhadores. “Precisamos fazer uma grande campanha de esclarecimento com os associados dos mais diversos fundos de pensão (Petros, Previ, Funcef, Postalís entre outros) para darmos uma resposta clara ao governo: que esta conta não é nossa e que não vamos pagá-la”.

Sobre as dívidas das patrocinadoras, ela vê como imprescindível uma auditoria externa para verificar se há irregularidades. “O que podemos afirmar é que o Banco se utiliza de uma série de manobras para se isentar de suas responsabilidades, transferindo os custos para a Previ. Assim foi em relação às obrigações que o Banco tinha com os funcionários que ingres-

saram antes de 1967 e mesmo com as aposentadorias dos altos executivos sem um teto de benefício. Precisamos cobrar dos representantes eleitos sua independência e autonomia frente ao governo”, advoga.

A conselheira eleita da PREVI acrescenta que nos governos Lula e Dilma, os representantes indicados priorizam os interesses do governo. “Na Previ, outro grande problema é o voto de minerva que o governo possui no Conselho Deliberativo. Assim, caso haja empate em alguma discussão, o governo será sempre o favorecido”. Para ela, a PREVIC não está cumprindo sua missão de zelar pela saúde financeira das instituições de previdência complementar, em benefício dos contribuintes.

“Podemos citar como exemplo a Resolução 26 do CGPC, que permitiu que o patrocinador, o Banco do Brasil, se apropriasse de parte substancial de nosso superávit. Nossa Caixa de Previdência poderia, com este superávit, resolver uma série de problemas que são apontados pelo corpo de associados e elevar consideravelmente o valor do complemento da aposentadoria a todos. Com essa Resolução, o Banco inverte seu papel e passa a ser o Patrocinado, utilizando estes superávits para aumentar seus lucros. O movimento sindical já realizou várias reuniões com a PREVIC com o intuito de revogar esta Resolução tão danosa aos participantes dos Fundos de Pensão e não obteve êxito”, finaliza. ☺

A Petrobrás sem direito de resposta



José Augusto Ribeiro

A recente sanção da lei do direito de resposta despertou expectativas muito simpáticas, mas talvez seja cedo ainda para supor que ela enfim fará valer, em todos os casos, esse direito que nossas Constituições prometem há tanto tempo e na prática foi quase sempre sonogado.

Na pior das hipóteses creio que ela impedirá a reedição de episódios como um da década de 1990, quando a revista *Veja* negou o direito de resposta à Petrobrás e a ninguém menos que Barbosa Lima Sobrinho, o maior dos jornalistas brasileiros.

Em 1987 ou 88, Barbosa Lima Sobrinho defendera, no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, que então discutia nossa atual Constituição, o monopólio estatal do petróleo, tal como o definia a Lei 2004, de 3 de outubro de 1953, que criou a Petrobrás. Era importante reforçar o que dizia a lei, incluindo o monopólio no texto constitucional, porque o arrastão neoliberal já avançava impetuoso pelo mundo e bastaria um futuro governo fraquejar para que o monopólio fosse “flexibilizado”, como aconteceria anos depois. Justiça se faça, mas a ameaça não era imediata. O Presidente Sarney, que governava na época da Constituinte, vinha de uma longa carreira de congressista ligado à Frente Parlamentar Nacionalista e resistia a todas as pressões e seduções contra a Petrobrás. Mais tarde, já senador, Sarney votou contra e conseguiu outros votos contra a emenda constitucional que passou a permitir os leilões



e as concessões de hoje.

Barbosa Lima Sobrinho não era membro da Constituinte, mas ela decidira ouvir pessoas que não faziam parte de seus quadros, entre as quais esse grande jornalista, um dos mais importantes porta-vozes do pensamento nacionalista no Brasil. A *Veja* escreveu, a propósito, que a Petrobrás pagara o pronunciamento de Barbosa Lima Sobrinho.

Não sei se o próprio Barbosa chegou a pedir direito de resposta, mas quando, já na década de 1990, assumi o cargo de 1º Secretário da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da qual ele era Presidente, fui informado de uma pendência que me caberia conduzir.

A Petrobrás pedira à *Veja* que acolhesse sua resposta: nada pagara a Barbosa Lima Sobrinho por seu pronunciamento na Constituinte. A revista não publicou a contestação da Petrobrás e esta decidira publicar na própria *Veja*, como matéria paga, um comunicado oficial com essa contestação.

Fui à sede da Petrobrás falar com seu então superintendente de imprensa, meu amigo e ex-colega Car-

los Leonam, e ouvi estarecido que o Departamento Comercial da *Veja* vetara a publicação desse comunicado, porque ele afetaria o prestígio e a credibilidade da revista junto ao mercado publicitário.

Voltei à ABI decidido a propor na próxima reunião da diretoria que ela iniciasse o procedimento judicial cabível para que a *Veja* fosse obrigada a cumprir a lei. O grande Barbosa Lima, que estava perto de chegar aos 100 anos de idade, me pediu que nada fizesse.

– Vamos esquecer isso – disse ele. – Como Presidente da ABI, não devo brigar com nenhum órgão de imprensa.

Não disse mais nada, mas entendi. Como Presidente da ABI, ele talvez tivesse de intervir em defesa da *Veja*, se ela fosse vítima de qualquer violência. Ele não hesitaria um segundo em defender a *Veja*, apesar de agredido

por ela, porque ao defendê-la estaria defendendo a liberdade de toda a imprensa.

Naquele momento, muitos pequenos jornais interioranos vinham sofrendo pesadas condenações pecuniárias, que os levariam à falência, por terem enfrentado pequenos tiranos municipais. A Comissão de Liberdade de Imprensa da ABI acompanhava todos esses casos e Barbosa Lima Sobrinho sugeriu uma lei de direito de resposta que impusesse, em vez dessas punições pecuniárias, a publicação, com grande destaque, não uma vez só, mas várias vezes, até muitas vezes, conforme a gravidade do caso, da resposta da parte ofendida.

Não sei se a nova lei permitirá a cobrança póstuma do direito e resposta que foi negado a Barbosa Lima Sobrinho e à Petrobrás. Nem sei se a direção atual da Petrobrás se interessará por isso. Mas espero que sim. ☺

PROGRAMA **FAIXA LIVRE**

Opinião independente

Apresentador:
Paulo Passarinho

Produção e Jornalista Responsável:
Celeste Cintra – MTB12323

Assistente de Produção:
Sandra Priori

Participe:
Telefone da Rádio – (21) 2233-8822
E-mail: faixa.livre@yahoo.com.br
www.facebook.com/AEPETRJ?fref=ts

OUÇA AO VIVO
Rádio Livre
1.440 khz AM
Segunda à Sexta de 9h às 10h27

PATROCÍNIO:





